

MOÇÃO PARA ADAPTAÇÃO ELÉTRICA DOS PARQUES E PRAÇAS PARA APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS – PREFEITO / SESP

Vimos, por meio desta, solicitar a adaptação elétrica dos parques e praças da cidade de Florianópolis para receberem apresentações artísticas, através de instalações de ponto de luz próximo aos locais definidos para as apresentações.

Citamos como exemplo o Parque de Coqueiros, um local excelente para apresentações artísticas ao ar livre, mas cujo ponto de luz encontra-se há 60 (sessenta) metros de distância do espaço de apresentações, dificultando a instalação dos equipamentos de sonorização e iluminação, pois geralmente tem que ser realizadas emendas nas extensões de força, o que pode ser prejudicial para a segurança do evento, podendo acarretar em curto-circuito.

Festa forma, solicitamos aos órgãos competentes, a instalação de mais pontos de luz de maneira adequada, nos parques e praças da cidade, citando os mais utilizados para apresentações artísticas: Parque de Coqueiros, Praça Bento Silvério (Lagoa da Conceição), Praça XV de Novembro, Largo da Alfândega, Parque da Luz, Parque da Lagoa do Peri, entre outros.

MOÇÃO DE ATENÇÃO AO EXMO. PREFEITO MUNICIPAL

Que encaminhe em regime de urgência para a Câmara Municipal:

Para sua tramitação do Projeto de Lei dos Mestres dos Saberes em vista que este já tramitou em todas as instancias pertinentes como o Conselho Municipal de Políticas Culturais, a Comissão do Patrimônio Imaterial a Secretaria Municipal de Cultura, todos com parecer favorável.

É necessária a sua tramitação, para que se inicie um diálogo a respeito da valorização destes mestres a sua importância para o município de Florianópolis.

MOÇÃO AO PREFEITO

Mudança de nome do museu da cidade para “MUSEU DE FLORIANÓPOLIS”

MOÇÃO AO MPSC (Procurador Chefe)

A VI Conferencia Municipal de Cultura de Florianópolis, realizada entre os dias 14 a 16 de abril de 2015, em deliberação na Plenária Final da mesma Conferencia, encaminha ao Ministério Público Estadual MP/SC, o pedido de averiguação de atos que envolvem má aplicação de recursos públicos, no tocante ao descumprimento da Lei Municipal nº 8.478/2010, que cria o Fundo Municipal de Cultura, nos decretos municipais nº 8.869/2011 e nº 9.130/2011, que regulamentam aquela Lei.

Seguem alguns dos documentos enviados pelo Conselho Municipal de Política Cultural de Florianópolis, buscando diálogo e soluções para superar o descumprimento da referida Lei do Fundo Municipal de Cultura de Florianópolis, expedientes esse que aguardam resposta até a presente data, e soluções que ainda não se efetivaram.

MOÇÃO DE REIVINDICAÇÃO para a Secretaria Municipal de Cultura e Fundação Franklin Cascaes

Nós do movimento *EcoArte*, vimos por meio desta moção dar ciência da existência deste movimento, lançado no Fórum Social Mundial 2003, o qual reúne artistas de diferentes manifestações que abordam em suas artes temáticas socioambientais.

O movimento *EcoArte* ecoa a cultura ecológica, motiva que pessoas de todas as idades expressem seu amor á vida através das artes, transforma realidades e embeleza a história da humanidade.

Solicitamos, por tanto, o reconhecimento e a possibilidade da *EcoArte* ser contemplada em editais, fundos e linhas de financiamentos culturais bem como na politica de eventos da cidade, contribuindo na abordagem de temas de interesse público com arte, alegria e informação.

MOÇÃO DE ATENÇÃO

A expressão sustentabilidade significa muito além de um conceito, poderíamos dizer que sustentabilidade diz respeito às relações que estabelecemos num determinado tempo, local e sociedade.

Assim, solicito ATENÇÃO aos envolvidos com a cultura da cidade no que diz respeito à questão de resíduos resultantes dos processos culturais, ou seja, quais matérias primas utilizamos, quando for o caso, como são manipuladas ou processadas e qual destino damos as “sobras” ou “restos”.

MOÇÃO

Solicitamos o pagamento no menor tempo possível do Prêmio Armando Carreirão aos contemplados anunciados em outubro de 2014, pelo FUNCINE.

Solicitamos suplementação de verba ao FUNCINE, com vistas a garantir o Prêmio Armando Carreirão em 2015, pois a verba de 13 mil reais é insuficiente.

Solicitamos a garantia dos recursos do prêmio de séries em conjunto com ANCINE/FSA de acordo com a previsão estabelecida.

MOÇÃO À 6ª CONFERENCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE FLORIANOPOLIS

O Fórum Setorial de Teatro de Florianópolis vem solicitar mais transparência no processo de Conferencia Municipal de Cultura de Florianópolis, no que diz respeito as atas e documentos elaborados em cada sessão.

Isso já havia sido solicitado verbalmente nas outras edições. Por entendermos que cada sessão (mesas, palestras, abertura, votação, entre outros) tem caráter de assembleia pública, solicitamos que sejam feitas atas de cada sessão e disponibilizadas nos sites da Secretária Franklin Cascaes, no mesmo dia de sua execução.

Além disso, solicitamos que cada documento elaborado pelo eixos/mesas, seja salvo e disponibilizado na internet ao final de cada sessão perante a presença de todo o grupo reunido, para que não haja alterações do documento, gerando mais transparência nesse procedimento.

Reitera-se que essas medidas ampliam a divulgação das ações e do andamento da Conferência além de permitir que os cidadãos possam averiguar com mais calma as colocações do setor

MOÇÃO DEREPIÚDIO AO CERCEAMENTO DO USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS PARA APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS EM FLORIANOPOLIS – SC

O Fórum Setorial de teatro de Florianópolis vem denunciar e repudiar as ações de cerceamento e censura por parte da prefeitura de Florianópolis para com as apresentações artísticas nos espaços públicos para a capital.

O trabalho dos artistas deve ser valorizado e respeitado como qualquer outro ofício. Os casos de proibição de uso do espaço público por parte da Prefeitura de Florianópolis, escolha dos locais de apresentação pela Prefeitura e não dos artistas, ameaça e perseguição aos artistas por parte de alguns funcionários da Prefeitura são alarmantes e denunciam o cerceamento à criação e produção de arte na capital.

Além disso, a necessidade de pedir autorização para o uso do espaço público e, principalmente, a forma como esse processo tem se estabelecido, pressupõe que a SESP tem o poder de legitimar o que é ater ou não, visto os casos de proibições e cerceamentos dos pedidos.

Compreendemos que é função da Prefeitura proteger, manter e até, organizar a agenda desse uso do espaço público mas não proibir ou legitimar os ofícios ou a própria arte que ali se desenvolve.

Repudiamos as ações ocorridas de cerceamento pela SESP e pela Prefeitura Municipal de Florianópolis ao uso do espaço público pelos artistas.

Exigimos:

- Capacitação dos funcionários da SESP e da Prefeitura Municipal de Florianópolis;
- Retirada da taxa de autorização do uso do espaço público;
- Segurança durante as apresentações para artistas, público e transeuntes;
- Esclarecimentos sobre fatos ocorridos;
- Apoio da Secretaria de Cultura e da Fundação Franklin Cascaes na tramitação do processo de uso desses espaços, quando os artistas assim o necessitar;
- Respeito pelo ofício da arte, pelo direito de ir e vir, e pelo direito de expressão: direitos de todos os cidadãos.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Repudiamos o não cumprimento da Lei nº 8478 de 20 de dezembro de 2010 que cria o FUNDO MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS e exigimos o pagamento dos fundos dos anos de 2013,2014 e 2015 conforme os termos da lei, assim como a transparência dos processos e determinação dos valores a serem empenhados adequadamente do Fundo Municipal de Cultura de Florianópolis (FMCF).

MOÇÃO DE ATENÇÃO

Atenção ao Secretário de Cultura para a realização da Conferencia Municipal de Cultura nos fins de semana ou em horário não comercial

MOÇÃO DE REPÚDIO

Repúdio ao acordo do Governo Federal com o Facebook por estar em desacordo com o marco civil da internet e comprometer a diversidade cultural na rede

MOÇÃO DE ESCLARECIMENTO

Porque nossa querida Orquestra Sinfônica de Santa Catarina está, quatro meses sem ensaios e apresentações.

MOÇÃO DE ATENÇÃO

Valorização dos músicos locais, nos eventos da cidade/Município.

MOÇÃO À VI CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE FLORIANÓPOLIS

CULTURA IMAGINÁRIA

Este poderia ser o título poético de algum livro ou peça teatral. Mas é, infelizmente, a descrição perfeita da situação das políticas públicas culturais na cidade de Florianópolis hoje, Depois de dois anos de mandato da nova prefeitura, com direito a escândalo de corrupção envolvendo a Fundação Cultural de Florianópolis Franklin Cascaes e a destruição paulatina do orçamento da cultura do município, o balanço da classe artística não é positivo.

Vamos a alguns fatos: A Secretaria de Cultura, criada após longos anos de reivindicações, causou o impacto zero nos rumos da cultura do município. Sem orçamento, sem funcionários, sem metas ou programas, a secretária é um órgão imaginário encabeçado por um só homem – o atual secretário Luiz Ekke Moukarzel. A Secretaria de Cultura não cumpre suas funções como órgão administrativo, não acrescentou nada aos programas desenvolvidos anteriormente.

Outra realidade desconcertante: o investimento em editais e convênios, além do financiamento de oficinas de arte e outras iniciativas da capital perde para diversos municípios catarinenses, tais como Jaraguá do Sul, Itajaí, Rio do Sul, São Bento do Sul. A lei que institui o edital municipal de incentivo à cultura é um documento pró-forma: o edital teve apenas uma primeira edição no ano de 2012 e desde 2013, é sumariamente ignorado pela Prefeitura, que todos os anos alega não ter verba para fazer cumprir a lei.

A isso podemos juntar fatos esdrúxulos e preocupantes, tais como grupos teatrais como o Erro Grupo ser impedido de apresentar na rua e ameaçados pelos fiscais da SESP; atrizes do coletivo ETC serem processadas e perseguidas pela prefeitura por fazerem, estêncil como forma de arte pública e protesto; um palhaço ser ameaçado de perder seu instrumento musical em apresentação na rua por fiscais não identificados; o Conselho Municipal de Políticas Culturais ser sumariamente ignorado, desrespeitado e desvalorizado como instância de intermediação entre a sociedade civil e o poder público, entre outros muitos casos alarmantes.

Em um momento tão fervoroso de certo ativismo político no país, talvez seja importante lembrar a população que a reivindicação de que a verba da cultura seja aplicada em cultura engrossa o coro a favor do uso responsável dos impostos pagos pela população. Não se trata de artista pedindo dinheiro público para favorecer o próprio umbigo. Trata-se de artista pedindo condições financeiras e estruturais para que a cidade possa ter teatros, cine-clubes, museus, festivais, feiras, enfim, uma gama de opções de lazer, entretenimento e arte acessível a universidade e graduação em quase todas as áreas artísticas e produtores culturais, com produções de qualidade reconhecidas nacionalmente e internacionalmente. Mas todos os esforços de fomento, manutenção e fruição desses trabalhos artístico-culturais em Florianópolis esbarram na instância da administração municipal e sua vocação para frear o crescimento do setor cultural da

cidade. Florianópolis tem agenda cultural hoje pelo esforço sobre-humano de dezenas de artistas de várias áreas, que com financiamento próprio ou de instâncias estaduais e federais, mantém-se produzindo constantemente. A falta de visão administrativa, imersa nos interesses políticos e nas negociações de favores e cargos com escopo eleitoral, só afunda a cidade no provincianismo que lhe é característico. O Governo Federal criou a Secretaria da Economia Criativa, tentando disseminar a ideia de uma cadeia de produtividade econômica ligada a setores como cultura, mas o município parece resistir a qualquer sinal de evolução no pensamento sobre qual cidade queremos para o futuro.

A rua, a praia, o espaço público é gratuito e compartilhado por pessoas de todas as classes sociais, estilos de vida e crenças é algo assustador para a elite conversadora das cidades. Seguimos o modelo de metrópoles como São Paulo e Rio de Janeiro, reforçando a separação entre ricos e pobres, brancos e negros. A arte é perigosa pois é agregadora: acessível ao público em geral então, é barbaridade, pois faz pensar sobre a realidade que nos cerca, olhar para o lado, conhecer o vizinho e desgrudar o olho da televisão.

A ação da administração pública no setor de cultura, em Florianópolis, é imaginária. Salvando alguns eventos anuais, tais como o Floripa Teatro ou a Maratona Fotográfica, o setor público patina na tarefa de garantir a porcentagem mínima investida como é exigido por lei. Planejamento, infra-estrutura, ou cronograma são expressões desconhecidas na administração atual. O dinheiro anda sumido, levado por alguma *Ave de Rapina*. Enquanto isso a ilha continua sendo vendida e repartida entre os mesmos, enquanto alguns acusam os artistas de parasitas porque vivem a pedir um edital. Permitir que: a única arte seja aquela que se sustenta comercialmente, significa um retrocesso assustador, mas infelizmente, combina com um momento histórico no qual vemos pessoas pedindo o retorno da ditadura, a queda do Estado Laico e outras reivindicações igualmente desconcertantes em seu teor ideológico, ético e político em pleno século XXI.